



ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: USOS DO PASSADO E OS DESAFIOS DO HISTORIADOR E DO PROFESSOR.

MÁRIO SÉRGIO PEREIRA DE OLIVINDO*

A memória até então acumulada vai explodir na Revolução de 1789: não terá sido ela o seu grande detonador?

Jacques Le Goff

INTRODUÇÃO:

Na operação historiográfica memória e História se inter cruzam na busca pela inteligibilidade do social. Ao tratar desse tema no ensino de história, considera-se que o compromisso com a aprendizagem histórica significativa, exige do professor estratégias pedagógicas que possam abordar de forma efetiva a memória tanto na sua dimensão conceitual quanto em seus desdobramentos e implicações.

Desse modo, a partir de discussões que apontam a relação íntima entre História e memória assim como a importância que esta em relação àquela adquire na atualidade, o texto destaca os principais desafios impostos ao historiador e ao professor de história no trabalho com a memória da mesma forma que põe em relevo algumas possibilidades teóricas e metodológicas para o seu enfrentamento. Ao final, faz uma reflexão sobre a fertilidade que o tema confere ao ensino de história por seu caráter libertário e ao mesmo tempo manipulador, chamando atenção para a necessidade de uma postura ética e responsável com o seu trato.

MEMÓRIA: QUESTÕES CONCEITUAIS

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede PROF.HISTÓRIA) Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista CAPES. Professor do ensino básico. Orientadora: Profa. Dra. Maria Telvira da Conceição.



Os gregos arcaicos ao descobrirem a fecundidade entre História e memória para a significação das experiências humanas, elaboraram uma vasta mitologia das reminiscências. Nela *Mnemosine*, a deusa da memória, ocupa o panteão com *Clio*, filha

de Zeus com *Mnemosine* e musa da História. Memória e História, portanto, desde o início das origens estão intimamente relacionadas. A memória como propriedade de armazenar e atualizar informações proporciona à História narrar as ações humanas tanto do presente quanto do passado mais longínquo. A História, então surge como filha da memória. E “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990:478).

A etimologia da palavra memória, formada por dois termos de origem latina, também denuncia essa relação com as temporalidades e com a propriedade de reter informações: *me* + *mores*, onde “*me* significa manter, preservar, e *mores*, significa costume, experiência de modo que *memória* refere-se o ato de preservar as experiências, de manter os costumes” (AQUINO,2015:2532).

A memória, portanto, é uma das mais importantes características humanas. Está tanto na constituição do indivíduo quanto na base da civilização, de maneira que é possível identificá-la nas lembranças pessoais, na oralidade, nos lugares, nos símbolos, nas comemorações, nos calendários, nos documentos, nos monumentos e etc. Assim, por constitui-se traços do passado é para o historiador uma ferramenta importante para a análise das experiências humanas ao longo do tempo e para o professor de história um conceito fundamental para fazer pensar historicamente. É a memória nas palavras de Burke(2000) a dupla descoberta da História pois é tanto fonte histórica quanto fenômeno histórico.

Todavia, trabalhar com a memória não é algo tão simples, para o historiador e nem para o professor. Se antes História e memória eram tidas como atividades relativamente simples, cujo compromisso era guardar o passado para a posteridade, como pensava Cícero (106 a.C.) que afirmava ser a “História a vida da memória”; no século XX, com revolução da historiografia, enseja-se uma nova relação. Passa-se a considerar a escrita do passado um exercício político, um ponto de vista de alguém em algum lugar e amplia-se a noção de documento com a incorporação de diferentes fontes, inclusive dando destaque para documentos não escritos e de caráter não oficiais como fotografias, músicas e as narrativas orais de memórias, oportunizando o reconhecimento de outras histórias até então marginalizadas, reprimidas e excluídas. Assim, atentou-se para o relativismo da História enquanto operação historiográfica e para memória enquanto *documento*, pois se a História está condicionada às determinações sociais, como observa Certeau (2006:65-105), a memória além de ser *documento* é *monumento* (LE GOFF; 1990).

Nessa perspectiva, abordar História e memória nos diferentes campos de produção (pesquisa/ensino), pressupõe considerar que escrever, lembrar e esquecer não são atividades

inocentes como no passado se acreditou ser. Hoje, considera-se que a memória tem uma dimensão subjetiva e que sua reflexão perpassa aspectos como consciência, inconsciência, seleção, repressão e manipulação.

Muitos pensadores tem se dedicado ao estudo da memória, compreendendo-a de diferentes formas. Para Maurice Halbwachs (1990:351), trata-se de um fenômeno social que não se processa no nível interno do particular, mas na interação com outras memórias de grupos sociais dos quais se faz parte. Para Paul Ricoeur (2007:535) é uma dialética da presença e da ausência e da organização do esquecimento. Para Pierre Nora (2009:06-10) a memória é um dispositivo de afirmação das identidades. Tais reflexões têm proporcionado um diálogo profícuo nos mais diferentes campos do conhecimento como Ciências Sociais, Filosofia, História, Psicologia.

Sensível às questões da memória, o professor e historiador português, Fernando Catroga no seu texto *Memória e História*, publicado em 2001 em versão brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, traz importante reflexão sobre o que a historiografia atual tem destacado como relevante para o trabalho nesse campo. Através da articulação com outros autores que também tratam sobre o tema sintetizamos as principais características que fazem da memória um conceito de difícil compreensão, mas fundamental na agenda dos historiadores.

1ª característica: a crise da memória enquanto nova experiência temporal vivenciada pelo homem contemporâneo. As mudanças ocorridas no século XX, caracterizada pelas transformações sociais e contestação do historicismo e seus postulados (perfectibilidade, evolução, continuísmo temporal, progresso e previsibilidade), instalaram um sentimento de descontinuidade com as categorias tridimensionais do tempo. Os grandes paradigmas que previam ou prometiam o comprimento dos destinos nacionais foram postos em xeque diante da imprevisibilidade do futuro, provocando um crescente distanciamento entre horizonte de esperança e espaço de experiência. O resultado dessa transformação foi um verdadeiro “boom da memória”, como fenômeno cultural e político, tornando-se, segundo Huyssen (2000:9-16) quase uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta, mas uma memória, segundo Nora (2009:07) artificial, produto de uma sociedade amnésica que perdeu o elo com o passado e que com ele só se comunica através de traços.

2ª característica: a irresgatabilidade da memória. A crença de que a memória é um produto acabado e intacto que se extrai do passado e se transporta para o presente, bem como a imaginação de que ela sempre está em risco e pode se desgastar se não for logo preservada, coloca a memória no centro das preocupações. Contudo, ela não é almoxarifado do passado.

Mas como ressalta Upiano de Meneses(1992) é um processo permanente de construção e reconstrução que ocorre no presente para responder as questões do presente. Desse modo, a memória apesar de se referir ao passado, não se localiza no passado, pois “é do presente que a rememoração recebe incentivo tanto quanto as condições para se efetivar”(MENESES,1992:11). Nesse sentido, podemos falar também que a memória é prospectiva e projetiva. A compreensão superficial de que a função da memória é lembrar o passado, estabelece uma via de mão única para a memória, de modo que ela parte do presente para se fixar no passado. Contudo, a memória vai do passado ao presente e não se detém nele. Está sempre se lançando ao futuro. Desse modo, não consiste ela em uma regressão do presente ao passado, mas um progresso do passado ao presente. Le Goff destaca essa função ao enfatizar que a Revolução Francesa foi também resultado da explosão de memórias acumuladas.

3ª característica: a memória como processo seletivo. Convencionou-se associar a memória somente como mecanismo de retenção, depósito e armazenamento de informações, sem atentar para sua função também de seleção e descarte. Não obstante, a memória se caracteriza pelo duplo trabalho de esquecer para lembrar e de lembrar para esquecer. Não há memória sem esquecimento. Esse paradoxo se torna clarividente com o exemplo de Jorge Luiz Borges, ao escrever o conto *Funes- o memorioso* em 1942 e publicado no Brasil pela Cia das Letras em 2007. Nesta obra que se tornou metafórica para destacar o peso que a memória tem sobre a vida, Jorge conta a história de Irineu Funes, um homem dotado de prodigiosa memória que o permite tudo lembrar, contudo, longe dessa habilidade fazê-lo gênio, ela o paralisa diante da insuficiência de disposição para pensar e agir. Funes está sempre lembrando. Nunca tem alívio psíquico proporcionado pelo esquecimento e isso o faz com que pereça. Assim, esse conto mostra que para que haja possibilidade de vida é preciso esquecer. Michael Pollak em sua obra *Memória, esquecimento, silêncio (1989)* também nos traz um fabuloso exemplo de seleção de memórias ao tratar das memórias proibidas (caso dos crimes estalinistas), das memórias indizíveis (caso dos deportados) ou das memórias vergonhosas (casos dos recrutados à força), que não integram a memória oficial do Estado ou de grupos majoritários, mas que permanecem vivas, silenciosas e subterrâneas em redes de sociabilidade afetiva ou política.

4ª característica: a memória não é só individual. O fato de o indivíduo carregar lembranças, dá a impressão de que a memória é sempre de alguém. Porém a memória até mesmo a mais pessoal está em constante interação com outras memórias. O homem é um ser histórico e social que está em constante processo socializador com os valores sociais e grupos em que se integra. Assim, recordar, como diz Catroga, é um ato de alteridade. Ninguém se

recorda exclusivamente de si mesmo, precisa-se do outro para da fidelidade a memória. Nesse aspecto podemos falar de várias memórias, como a memórias da família, dos operários, dos refugiados de guerra, nacional ou oficial. Com efeito, a memória dos grupos (coletiva) é a memória compartilhada que não busca coerência nem unificação, mas garante a coesão e a solidariedade entre o grupo, contribuindo para o sentimento de pertencimento e identidade. Por sua vez a memória nacional é a memória que busca a unificação e a harmonia, sublimando os conflitos internos da nação. É aquela que confere a identidade nacional.

Adiante, apresentaremos os principais problemas que têm colocado a memória na ordem do dia, solicitando tanto do pesquisador, quanto do professor uma especial atenção. Para isso chamamos para a discussão três pensadores que se dedicam a refletir sobre a memória e seus efeitos no presente, como: Pierre Nora, François Hartog e Henry Rousso.

MEMÓRIA: OBJETO DE REFLEXÃO CONTEMPORÂNEA

O historiador francês Pierre Nora (2009:08), vinculado à chamada Nova História ao refletir sobre os novos desafios da historiografia contemporânea apontou a memória como o grande objeto do historiador. Disse com a perspicácia própria de um historiador atento ao seu tempo que a memória tornou-se nas últimas décadas quase “um tipo de justiça” ou “uma vingança daqueles que não tinham nenhum direito à História”. Outros pensadores, também acentuam o peso da memória na atualidade. Para o historiador inglês Peter Burke (2009), vivemos desde o fim do século passado um verdadeiro boom da memória, caracterizada pelas excessivas ondas de comemorações de efemérides históricas. Por sua vez, o pesquisador do Instituto da História do Tempo Presente, o francês Henry Rousso (2013:265) diz que estamos na era da globalização da memória, onde as representações coletivas e de ações públicas sobre o passado são cada vez mais constantes e semelhantes de uma ponta a outra do planeta.

Todo esse apressado pela memória, aponta para a ocorrência de um novo regime de historicidade marcado pela valorização das lembranças que tem no presente o seu próprio fim, o que Hartog (2015) denomina de regime presentista.

Quais então os desafios que esse regime de historicidade do tempo presente coloca ao historiador, professor ou qualquer outro profissional que tem a memória como seu objeto de análise? Pierre Nora(2006:06) elenca uma série de problemas como o “culto às raízes”, as “ondas comemorativas de sentimentos”, os “conflitos envolvendo lugares ou monumentos simbólicos”, a “proliferação de museus”, o “aumento da sensibilidade relativa a restrição de acesso ou a exploração de arquivos”. Por sua vez Henry Rousso (2013), destaca os “trabalhos

sobre a gestão do passado ou o dever de memória”, “o patrimônio e a patrimonialização”, a “justiça transicional ou restaurativa que repousa sobre as interpretações normativas do passado próximo, em fim sobre os fins de guerra, de guerra civil e de ditadura”(ROUSSO,2013:267).

Sobre as questões acima, François Hartog no seu texto intitulado *Tempo e patrimônio*, publicado no Brasil pela Revista Varia História em 2006, discute o movimento de patrimonialização como uma crise de tempo vivenciada pela sociedade contemporânea. Para este autor, as catástrofes do século XX, as numerosas rupturas e acelerações no tempo apontaram para a incapacidade do passado de explicar o presente e para a imprevisibilidade do futuro, mergulhando a sociedade em um presente contínuo. O resultado é um olhar museológico sobre aquilo que nos cerca. O autor destaca uma busca desmedida pela criação de museus e arquivos, pelos lugares de memórias de que fala Pierre Nora, pela patrimonialização de monumentos históricos, do meio ambiente, a institucionalização de leis e políticas de proteção patrimonial. Contudo, como ressalta Hartog, esse gosto pelo passado não se trata de reforçar uma identidade segura de si, mas uma identidade que se arrisca a se apagar ou completamente apagada. Nesta perspectiva o patrimônio “ define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva”(HARTOG,2006:06). O desafio então que se coloca para o professor diante dessa onda de patrimonialização é questionar juntamente com os alunos que passado está sendo patrimonializado e quais interesses estão subtendidos nessa patrimonialização.

Outro pensador que procura refletir sobre os efeitos da memória no presente é Henry Rousso, que na sua obra *Rumo a uma globalização da memória(2013)* observa que o fim imediato dos acontecimentos traumáticos do século XX associado à emergência de um novo espaço público mundial desencadeou uma verdadeira anamnese global. Para este autor a possibilidade de discutir publicamente os crimes do passado proporcionou a reativação de antigas lembranças como a do nazismo e o holocausto por toda a Europa; as polêmicas recorrentes sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial e ocupação japonesa no extremo oriente; a longa escravidão na América do Norte; as consequências da colonização da África; a herança da ditadura militar na América do Sul; assim como as sequelas físicas e morais do grandes massacres nas várias partes do planeta. Enry Rousso destaca assim três grandes consequências desencadeadas pela emergência de um novo espaço público dedicado à escuta.

1ª) *O surgimento de visões concorrentes e alternativas do passado em oposição a História dominante e unívoca Nacional.* A formação de um novo espaço público no plano

regional e mundial possibilitou a escuta de grupos antes excluídos que trouxeram à tona outras versões do passado diferentes daquelas cristalizadas como verdades históricas pelo Estado e por uma parte da história científica e acadêmica, versões estas acusadas de criar tabus e manter a hegemonia da ordem estabelecida. Esta possibilidade de fala vem abolindo as fronteiras tradicionais entre os discursos daqueles que falam sobre o passado e daqueles que o vivenciaram, proporcionando mais ou menos um controle das interpretações do passado. Contudo, a ampliação desse canal comunicativo, tem impactado mais nas formas apelativas de comunicação do que realmente na validade e veracidade de seus propósitos. Um espaço usado demasiadamente para escandalizar, provocar e fazer barulho, utilizado largamente segundo o autor para tornar presente aquilo que não deve ser esquecido como por exemplo a memória do Holocausto, da escravidão ou da colonização. As reflexões de Rousso nessa perspectiva quando levadas para à sala de aula podem propiciar um debate a cerca da própria verdade histórica. Há uma história verdadeira? A história contada nos livros didáticos é a única história válida sobre esses acontecimentos ou apenas uma das versões? Com efeito, o próprio papel da mídia também pode ser discutido na presentificação desses eventos passados por constituir também um espaço contemporâneo para escuta. Sônia Meneses (2011) fala da autoridade dos veículos de comunicação de escreverem na cena pública os acontecimentos que devem ser lembrados. Assim como os historiadores, as mídias através de uma operação midiográfica também escrevem sobre o passado. Essa escrita muitas vezes adquire o estatuto de verdade histórica, o que também deve ser discutido.

2º) *O poder da figura da vítima que testemunha e reivindica.* O novo espaço dedicado à escuta trouxe à tona a figura da vítima que testemunha ainda que tardiamente perante as cortes de justiça ou comissões de verdade os sofrimentos que foram expostas. Esse espaço conferido a estas testemunhas caminha paralelo ao aumento das lembranças que os crimes do passado ocupam nas sociedades contemporâneas as quais valoriza os delitos e massacres como acontecimentos dignos de serem lembradas. Tal fixação resulta em uma supervalorização das vítimas que sofreram e por isso devem ser reparadas, mas não somente aquelas de um passado trágico recente como da Segunda Guerra Mundial ou das guerras coloniais do século XIX e XX, mas ainda aquelas de um passado remoto que se revela por exemplo pela emergência dos debates a cerca da memória da escravidão. Essas reflexões são interessantes, pois chamam atenção para a possibilidade de vitimização de indivíduos, grupos ou povos, que podem explorar um passado trágico para pleitear alguma vantagem, ou seja provocando os abusos de memória de que fala Ricoeur.

3º) a criação de políticas públicas do passado de revisão e ações reparatórias. O novo espaço público ao reconhecer publicamente erros cometidos, proporciona o reconhecimento da vítima e a ela concede formas diversas de reparação tais como indenizações, instaurações de rituais tradicionais como construção de monumentos ou criação de comemorações e revisão da história.

Abaixo discorreremos sobre algumas possibilidades teóricas e metodológicas para o enfrentamento de questões atinentes à memória, tanto pelo historiador quanto pelo professor. Para isso selecionamos três textos. O primeiro é uma discussão que chama atenção para a necessidade de abordar a relação memória e história em um viés político de gestão do passado chamando atenção para os diferentes modos que determinados sujeitos ou grupos sociais expressam e reivindicam suas memórias. O segundo é uma reflexão sobre a possibilidade do dever de memória gerar ressentimentos e preconceitos e como o historiador e professor devem se posicionar diante desse problema. O terceiro texto é uma análise sobre a história do tempo presente que destaca a possibilidade do trabalho com as memórias sociais vivas e a postura que se deve adotar diante do trabalho com memórias sensíveis.

HISTÓRIA E ENSINO: ALGUMAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS COM A MEMÓRIA.

O primeiro texto em destaque é *História e memória: desafios de uma relação teórica*, da historiadora e professora da UFG, Marcia Pereira dos Santos (2007). Neste trabalho, Márcia mostra que a relação entre memória e história como desafio teórico tornou-se mais uma necessidade da contemporaneidade em questionar os usos do passado na sua dimensão política do que uma preocupação intelectual. Para a autora a História tem cada vez mais se definido menos por um estudo do passado do que por uma reflexão cada vez mais dinâmica das relações entre presente e passado.

Não se busca mais uma veracidade inquestionável, mas compreender como um passado vivido e sobrevivido em traços, lugares, sinais, documentos e monumentos se mostram como espaços privilegiados para o entendimento do presente. A autora mostra que a necessidade de se compreender os novos problemas postos pela memória, fez com que a historiografia considerasse em suas análises os usos do passado no presente e procurasse novas bases teóricas para explicar seus efeitos. Isso porque o conceito social de memória mudou. Os grupos sociais constituídos por lutas étnicas, religiosas, culturais, etc., não buscam apenas manter a memória enquanto elemento de identificação do grupo, anteriormente

compreendidos por Halbwachs, mas as utilizam como instrumento de transformação da realidade. Essa posição de mobilizar a memória nos meios sociais confere os chamados deveres e direitos de memória. A memória, portanto, passa a ser compreendida como uma ação política. Nessa perspectiva, Márcia chama atenção dos profissionais que trabalham com questões mnemônicas para que estes percebam o a memória como um exercício político, carregado de afetividades e subjetivações dos sujeitos,

Expressam-se, pois, nos exercícios de memórias, as afetividades e subjetivações dos sujeitos nas suas mais diferentes ações. Porque se se leem as memórias como propostas e respostas políticas colocadas ao presente, a investida de pesquisa histórica necessita perceber que o encontro do passado não é meramente um exercício de “recuperação” do mesmo. O passado ganha uma efervescência que responde a desafios não dele em si, mas do tempo presente, pontuado por disputas colocadas ao sujeito pelo meio social. Daí que nessa abordagem da memória seu caráter político-afetivo não pode ser descartado, mas sim apreciado como possibilidade de expressão de subjetividades e sensibilidades que têm importância nas ações dos sujeitos e, claro, na história passível de ser construída a partir da vivência dos mesmos(SANTOS, 2007:86).

O segundo texto selecionado é *Uma questão de tempo: os usos da memória da sala de aula*, do historiador e professor da UFC, Francisco Regis Lopes Ramos (2010). Neste texto Regis Lopes alerta para a possibilidade da luta pela defesa da memória enquanto busca pela diferença ceder lugar a preconceitos e ressentimentos. O autor observa que o dever de memória muito utilizado para reparações ou restituições simbólicas à minorias pode se tornar uma tirania equivalente ao jogo da maioria. O autor mostra que nos últimos tempos vem se percebendo que a valorização das culturas afro-brasileiras ou indígenas pode provocar autoritarismos e simplificações que podem reforçar a permanência de preconceitos e estereótipos. Cita como exemplo o ensino de história dos índios e dos negros no Brasil, que pode ser além de história uma reivindicação mnemônica à medida que se justifica pela dívida histórica de um país marcado pelo passado escravocrata e pelo massacre de indígenas. Essa explicação além de dificultar uma reflexão sobre as permanências e transformações que marcam as temporalidades, característica do conhecimento histórico, mantém sempre acesa a ideia de dívida do presente com o passado, o que contribui para gerar ressentimentos.

Para sair desse impasse, Regis Lopes aponta que a memória em vez de recorrer sempre ao passado, deveria fazer alianças com o futuro, livre de ressentimentos e, portanto,

livre para repensar. Esse desafio seria realizado pelo conhecimento histórico e também pelo ensino de história:

Estaria no desafio do ensino de História o instável e difícil equilíbrio entre afirmação e negação do passado. O dever da memória seria desvinculado do dever de penitência e o conhecimento sobre o passado passaria a ser responsabilidade (primordial, mas não isolada) do conhecimento histórico, que não se confunde com tribunais, mas não se desvincula de seu fundamento ético de anúncio e denúncia sobre os modos pelos quais os seres humanos se relacionam(RAMOS,2010:405).

O terceiro texto que selecionamos é *História do tempo presente e ensino de história*, de Lúcia Delgado e Marieta Ferreira (2013), historiadoras e pesquisadoras da UFMG e UFRJ respectivamente. Neste trabalho as autoras destacam a história do tempo presente como um campo da historiografia, fecundo para trabalhar com as problemáticas oriundas de um tempo recente em que passado e presente se sobrepõem. As autoras mostram a fecundidade desse campo que proporciona contraponto às visões cristalizadas de um passado ao trabalhar com memórias sociais vivas, ou seja, de sujeitos históricos ainda vivos que presenciaram determinados acontecimentos e podem assim vigiar ou contestar o pesquisador.

Destacam também a questão ética no trabalho com as memórias sensíveis, ou seja, aquelas consideradas traumáticas. Servindo-se das reflexões de Tzvetan Todorov em seu trabalho *Os abusos da memória (1995)*, chamam atenção dos historiadores para o cuidado em perceber quando o dever de memória dá passagem aos abusos de memória. As autoras justificam essa questão através das análises de Todorov que vê a possibilidade de comunidades como judia, negra nos Estados Unidos ou opositoras de ditaduras militares de invocarem memórias de crimes contra elas cometidas e conquistarem o estatuto de vítimas sociais, garantindo-lhes assim direitos a reparação e conquistas de várias vantagens. Para lidar com essas problemáticas, Delgado & Ferreira mostram que a saída é os historiadores assumirem uma postura responsável com as memórias que trabalham o que pode ser alcançada efetuando um trabalho crítico da História sobre a memória.

No que se refere a abordagem da história do tempo presente no ensino de história as autoras observam que a história ensinada muitas vezes naturaliza o conhecimento histórico e por seu turno aborda a memória de forma simplista. Nessa perspectiva chamam atenção para a adoção de uma nova prática com a memória no ensino em que sejam destacados os seus processos de transformação, os conflitos e os interesses que por ela perpassam. Nesse aspecto se o ensino de história tem o papel de desenvolver a consciência crítica ele deve também se

nortear pela criticidade, não oferecendo uma visão crítica a priori, mas desenvolvendo ele mesmo a crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fenômeno histórico ou como fonte histórica a memória, nas últimas décadas cresceu em importância tanto no ofício do historiador quanto no exercício docente do professor de história. Associada à crise de tempo, vivenciada pelas sociedades contemporâneas cujo vínculo natural com o passado foi perdido diante da aceleração da história, a memória ganhou projeção desdobrando-se em vários tipos de ações que variam desde atividades que buscam referências e fundamentos para as identidades individuais e coletivas às ações públicas de reparações às vítimas que tiveram um passado trágico. Iniciativas muitas vezes implementadas sem a devida crítica sobre as funções sociais e políticas da memória o que concorrem para reforçar uma história de dominação, para contribuir para a sacralização de memórias, para a manutenção de *status quo* de determinados grupos sociais, para o processo de vitimização e perpetuação de ressentimentos.

Diante dessas questões a presença do historiador e do professor de história cada vez mais se torna indispensável no sentido de refletir sobre os usos sociais e políticos do passado. Se o historiador tem um compromisso com a veracidade dos fatos, ele deve através do seu ofício efetuar um trabalho crítico sobre a memória, analisando com rigor científico suas fontes, não ignorando documentos ou evidências que contradizem seu estudo, da mesma forma deve adotar uma postura ética e responsável com as memórias que trabalha, evitando que o dever de memória dê lugar aos abusos de memória. Por outro lado se o professor tem o compromisso com o ensino de história crítico que ensine os alunos a pensar historicamente e a desempenharem o papel de cidadãos responsáveis e tolerantes com a diversidade, ele deve também assumir uma postura crítica, efetuando um trabalho reflexivo também sobre críticas já estabelecidas, seja nos livros didáticos, seja em demais fontes utilizadas para pesquisa em sala. Em fim, o grande desafio que se coloca para o historiador e professor de história no trabalho com a memória é percebê-la e problematizá-la em suas múltiplas dimensões, considerando seus aspectos culturais, sociais e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Maurício de. Memória e temporalidade no ensino de história: questões conceituais e possibilidades metodológicas. **VII Congresso Internacional de História**. 2015, p.2532.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. IN: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BURKE, Peter. Centenários e milênios. IN: BURKE, Peter. **O historiador como colonista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. IN: PASSAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p.43-67.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História** (Trad. Maria de Lourdes Meneses). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DELGADO, L.A.N; FERREIRA, M.M. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**. vol. 02, nº04, p.19-34, 2013.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 11ª ed. São Paulo: Papirus, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- HARTOG, François (Trad. Andrea Souza de Menezes). **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio (Trad. José Carlos Reis). **Varia História**. Belo Horizonte, Vol.22, nº36, p.261-273, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques (Trad. Bernardo Leitão). **História e memória**. Campinas: UNICAMP. 1990.
- MENESES, Upiano.T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Ver. Inst. Bras.** São Paulo, 1992, p.09-23.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares (Trad. Yara Aun Khoury). **Projeto História**. São Paulo, 1993.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania (Trad. Claudia Storino). In: **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro, nº04, p. 06-10, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.02,nº 03,1989,p.3-15.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. **Cad. Cedes**. vol.30,nº 82,p. 337-411, 2010.

RICOEUR. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **Hist.R.** Goiânia,vol.19,nº01,p.265-279, 2014.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **OPSIS**. Vol.30,nº09,p.81-97,2007.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Tese (Doutorado).Universidade Federal Fluminense. 319 f, 2011.